

Vila Piauí II Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita de venda de geração de energia elétrica

A receita proveniente da venda de geração de energia é reconhecida quando a obrigação de *performance* é satisfeita e é mensurada com base no consumo da energia gerada e no preço por megawatt hora (MWh) especificado nos termos dos contratos de fornecimento, conforme regime de competência. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de contas a receber derivado da geração de energia é no montante de R\$ 2.944 mil e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita de geração de energia elétrica foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades dos contratos de fornecimento, o qual leva em consideração dados qualitativos e quantitativos, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos da Companhia para o cálculo da receita de venda de geração de energia; (ii) a compreensão e documentação do processo de receita, determinação e revisão dos contratos de fornecimento; (iii) testes de detalhe e recebimento subsequente; e (iv) recálculo dos contratos de fornecimento de energia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita de venda de geração de energia elétrica que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 04 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	20.710	6.009	Fornecedores	10	684	1.230
Contas a receber	6	2.944	3.209	Financiamentos	11	6.036	5.202
Adiantamento a fornecedores		3	31	Debêntures	12	2.540	2.791
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		585	452	Tributos a recolher		148	149
Despesas pagas antecipadamente	7	343	619	Imposto de renda e contribuição social a recolher		883	569
Estoques		251	251	Obrigações sociais e trabalhistas		178	182
Outras contas a receber		4	4	Dividendos a pagar	22	1.737	142
Total do ativo circulante		24.840	10.575	Arrendamentos	8	3	3
				Outras contas a pagar	14	770	266
				Total do passivo circulante		12.979	10.534
Não circulante				Não Circulante			
Fundos vinculados	5.b	7.953	6.917	Financiamentos	11	75.178	80.188
Despesas pagas antecipadamente	7	65	65	Debêntures	12	34.426	35.220
Total do realizável a longo prazo		8.018	6.982	Provisão para desmobilização	13	17.365	1.288
				Arrendamentos	8	2.588	2.592
Direito de uso	8	19.092	3.274	Outras contas a pagar	14	69	69
Imobilizado	9	131.432	137.090	Total do passivo não circulante		129.626	119.357
Total do ativo não circulante		158.542	147.346	Total do passivo		142.605	129.891
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15.a	34.748	27.576
				Reservas de lucros	15.c e 15.d	6.029	454
				Total do patrimônio líquido		40.777	28.030
Total do ativo		183.382	157.921	Total do passivo e patrimônio líquido		183.382	157.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	16	31.441	30.832
Custos de operação	17	(13.954)	(12.506)
Lucro bruto		17.487	18.326
Despesas gerais e administrativas	18	(884)	(1.481)
Outras despesas operacionais, líquidas		(23)	(10)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		16.580	16.835
Receitas financeiras	19	2.069	1.963
Despesas financeiras	19	(9.652)	(12.111)
		(7.583)	(10.148)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		8.997	6.687
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.685)	(1.717)
Lucro líquido do exercício		7.312	4.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>7.312</u>	<u>4.970</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>7.312</u>	<u>4.970</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	35.576	-	-	(4.375)	31.201
Redução de capital social	(8.000)	-	-	-	(8.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	4.970	4.970
Reserva Legal	-	30	-	(30)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(141)	(141)
Reserva de retenção de lucros	-	-	424	(424)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	27.576	30	424	-	28.030
Aumento de capital social	7.172	-	-	-	7.172
Resultado líquido do exercício	-	-	-	7.312	7.312
Reserva Legal	-	366	-	(366)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.737)	(1.737)
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.209	(5.209)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.748	396	5.633	-	40.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Resultado antes dos tributos		<u>8.997</u>	<u>6.687</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de Atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	11	4.780	6.472
Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado	11	56	56
Custo de captação de debêntures apropriado ao resultado	12	17	15
Juros debêntures	12	4.048	4.532
Depreciação	9	5.687	6.476
Baixa de imobilizado	9	-	3
Rendimentos aplicações financeiras	19	(2.069)	(1.954)
Outras receitas financeiras	19	-	(9)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	13	154	96
Amortização de direitos de uso	8	105	72
Juros sobre passivo de arrendamento	8	276	277
Lucro ajustado		<u>22.051</u>	<u>22.723</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	6	265	(158)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(133)	-
Adiantamento a fornecedores		28	253
Despesas pagas antecipadamente	7	276	(128)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	10	(546)	6
Obrigações sociais		(4)	3
Tributos a recolher		(1)	(32)
Outras contas a pagar	14	504	39
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>22.440</u>	<u>22.706</u>
Pagamento de juros de financiamentos	11	(3.946)	(10.483)
Pagamento de juros de debêntures	12	(2.866)	(2.773)
Pagamento de IR e CS		(1.371)	(2.022)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>14.257</u>	<u>7.428</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5.b	1.033	(4.521)
Aquisição ao ativo imobilizado	9	(29)	(37)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento		<u>1.004</u>	<u>(4.558)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Arrendamentos	8	(280)	(280)
Pagamento de principal de financiamentos	11	(5.066)	(5.068)
Pagamento de principal de debêntures	12	(2.244)	(2.068)
Aumento de capital	15.a	7.172	(8.000)
Pagamento de dividendos	22	(142)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(560)</u>	<u>(15.416)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		<u>14.701</u>	<u>(12.546)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.a	6.009	18.555
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.a	20.710	6.009
Variação no caixa e equivalentes		<u>14.701</u>	<u>(12.546)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações SA. "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de abril de 2018, estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 4º andar, Jardim Paulistano, capital do estado de São Paulo, CEP 01452-001. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Vila Piauí II, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia. Estas atividades são regulamentadas pela Aneel. A Companhia é Produtora Independente de Energia Elétrica, tendo autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95.

A controladora da Companhia é a Echoenergia Participações S.A a qual detém 100% de participação do capital social da controlada.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 9 unidades geradoras de 4,2 MW médios, totalizando 37,8 MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica de longo prazo com vencimento em 2054:

Projeto	Resolução	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada	Garantia Física
Eólico	Original			(MW Médio)	(MW médios)
EOL Vila Piauí II	Res. 7674/2019	26/03/2019	35 anos	37,8	20,8

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2035.

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Vila Piauí II	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro

(a) Ambiente de contratação livre.

(b) O fornecimento e o preço da energia vendida é variável, sujeito a produção e condições de mercado.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 04 de março de 2024.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido nas normas.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas.
- Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa 8) - estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- Imobilizado (nota explicativa 9) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 13) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente;
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 21) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Alteração de estimativa

No exercício de 2023, a Companhia procedeu à revisão da vida útil dos ativos imobilizados com o objetivo de apresentar a melhor estimativa da recuperabilidade futura dos fluxos operacionais esperada desses ativos. Esse processo foi conduzido por um especialista externo e aprovado pela administração da Companhia. Veja a nota explicativa 9 para detalhes da revisão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

Vila Piauú 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável. A Companhia não possuiu ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Novas normas e interpretações

A partir de 01 de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais estão descritos abaixo, assim como seus impactos para à Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 26 Passivo não circulante com <i>covenants</i> e classificação de passivos como circulante ou não circulante	IAS 1	04/08/2023	01/01/2024	Classificação de passivos como circulante ou não circulante – sem impactos relevantes à Companhia. Em relação aos <i>covenants</i> , a Companhia aderiu as disposições da norma a partir de 01 de janeiro de 2024.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 06 Alteração de passivo de arrendamento em uma venda e leaseback	IFRS 16	04/08/2023	01/01/2024	Não aplicável à Companhia.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 03/40 Alteração de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	IAS 7/IFRS 7	02/01/2024	01/01/2024	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	IAS 10	01/12/2023	01/01/2024	Não aplicável à Companhia.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bancos conta movimento	555	156
Aplicações financeiras (a)	<u>20.155</u>	<u>5.853</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>20.710</u>	<u>6.009</u>

(a) Referem-se à Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos Exclusivos, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 111,09% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2023 (97,40% em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

b. Fundos vinculados

Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas, atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar a nota explicativa 11.

Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva de dívida BB (a)	7.088	6.400
Centralizadora (c)	292	-
Reserva O&M (b)	573	517
Total	<u>7.953</u>	<u>6.917</u>

A seguir demonstramos a característica individual de cada conta reserva, bem como sua natureza conforme contratos de financiamento.

(a) Reserva da Dívida BB: Conta reserva destinada ao pagamento da dívida do Banco do Brasil "BB" em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela do Contrato de Financiamento e não é movimentado, devendo ser mantido até o final do contrato.

(b) Reserva de O&M: Conta reservada destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M.

(c) Centralizadora: As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias das Companhia e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Transações realizadas no ACL (a)	2.944	3.101
Transações realizadas no MCP CCEE (b)	-	(146)
Outras contas a receber (c)	-	254
Total	<u>2.944</u>	<u>3.209</u>

(a) **Transações realizadas no ACL (Ambiente de Contratação Livre):** Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre os agentes do mercado e liquidadas na CCEE.

(b) **Transações MCP:** saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.

(c) **Outras contas a receber:** Valores decorrentes de (i) venda de certificados de energia renovável e (ii) contratos firmados com o fornecedor de manutenção dos aerogeradores, onde, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato, o fornecedor tem a obrigação de ressarcir as controladas.

7 Despesas pagas antecipadamente

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Seguros a apropriar	406	462
Fianças e compromissos (a)	2	222
Total	<u>408</u>	<u>684</u>
Circulante	343	619
Não circulante	65	65

(a) A conta representa o montante total dos prêmios estabelecidos nos contratos de fianças e compromissos exigidos pelos contratos de financiamento, onde são registrados inicialmente com contrapartida passiva na rubrica de outras contas a pagar. O saldo ativo é alocado no resultado linearmente de acordo com os prazos de coberturas estabelecidos em contratos e o passivo liquidado nas datas acordadas em contrato.

8 Direito de uso e Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento, conforme requerimentos do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período determinado, em troca de contraprestação.

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente, a Companhia remensura os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais reajustes venham a ocorrer.

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados e tem procedimentos estabelecidos para identificar os contratos de arrendamento que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os contratos que atendem as características abaixo são excluídos do escopo da norma e o registro contábil é feito mensalmente, reconhecendo o custo do uso do ativo arrendado diretamente no resultado.

- curto prazo (com duração inferior a 12 meses);
- ativos de baixo valor;
- parcelas variáveis de pagamentos;
- contratos em que o ativo de arrendamento não pode ser identificado separadamente;
- contratos em que a Companhia não tem direito a obter a maioria dos benefícios econômicos do uso do ativo; e
- contratos em que a Companhia não tem controle significativo sobre como o ativo é usado.

Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

a. Ativo de direito de uso

	2023				Valor líquido em 2023
	Valor líquido em 2022	Adições (a)	Baixas (a)	Amortizações	
Ativo de direito de uso					
Arrendamento parques eólicos	3.274	15.923	-	(105)	19.092
Total do ativo	3.274	15.923	-	(105)	19.092

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022				Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Adições (a)	Baixas (a)	Amortizações	
Ativo de direito de uso					
Arrendamento parques eólicos	3.136	400	(190)	(72)	3.274
Total do ativo	3.136	400	(190)	(72)	3.274

(a) Valores de adição e baixas referentes à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, para maiores detalhes, consultar nota explicativa 13.

b. Passivo de arrendamento

	2023	2022
Passivo de arrendamento	2.591	2.595
Total	2.591	2.595
Circulante	3	3
Não circulante	2.588	2.592

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

	2023			Valor líquido em 2023
	Valor líquido em 2022	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	2.595	(280)	276	2.591
Total	2.595	(280)	276	2.591
	2022			Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	2.598	(280)	277	2.595
Total	2.598	(280)	277	2.595

9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado.

Os custos de manutenção e reparo são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos e juros sobre financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No exercício de 2023, as vidas úteis dos ativos imobilizados foram revisados por meio de estudos realizados por consultores externos, cujo objetivo foi avaliar a vida útil dos bens através da recuperação dos fluxos de caixa das operações futuras. As cotas de depreciação dos bens foram recalculadas a partir do valor contábil em janeiro de 2023 e vidas úteis remanescentes. Os ajustes das diferenças entre os valores contabilizados ao longo do exercício de 2023 (janeiro a dezembro) foram registrados cumulativamente no mês de dezembro.

Por se tratar de mudança de estimativa, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 23 -Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e Retificação de erro, os impactos das revisões das vidas úteis foram reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras. O impacto positivo ocasionado por esta mudança de estimativa foi de R\$ 893 mil no resultado do exercício de 2023.

A Administração avalia os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores aos prazos de autorização dos parques eólicos.

Unidade de geração eólica – Pás	25 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	30 anos
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft	20 anos
Unidade de geração eólica – Poste e torre	35 anos
Unidade de geração eólica – Transformador	40 anos
Construção e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	2023			2022
		Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado em andamento	-	22	-	22	814
Máquinas e equipamentos	26 anos	154.139	(22.854)	131.285	136.088
Benfeitorias	50 anos	140	(18)	122	127
Equipamentos e processamento de dados	5 anos	8	(5)	3	61
Total		154.309	(22.877)	131.432	137.090

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 11.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentações do ativo imobilizado

	2023					Saldo em 2023
	Saldo em 2022	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	
Imobilizado em andamento	814	29	(821)	-	-	22
Máquinas e equipamentos	136.088	-	877	-	(5.680)	131.285
Benfeitorias	127	-	-	-	(5)	122
Equipamentos e Processamento de Dados	61	-	(56)	-	(2)	3
Total	137.090	29	-	-	(5.687)	131.432

	2022					Saldo em 2022
	Saldo em 2021	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	
Imobilizado em andamento	540	37	240	(3)	-	814
Máquinas e equipamentos	142.861	-	(304)	-	(6.469)	136.088
Benfeitorias	131	-	-	-	(4)	127
Equipamentos e Processamento de Dados	-	-	64	-	(3)	61
Total	143.532	37	-	(3)	(6.476)	137.090

10 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e também através de provisões diversas.

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	2023	2022
Materiais e serviços	248	472
Provisão com despesas de manutenção	104	80
Seguros	182	414
Fornecedores partes relacionadas	150	264
Total	684	1.230

11 Financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Composição do saldo de financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento	2023	2022
Financiamentos Banco do Brasil	1,04% a.a. + IPCA	Ago/2039	81.214	85.390
Total			81.214	85.390
Circulante			6.036	5.202
Não Circulante			75.178	80.188

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação dos financiamentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo em 1º de janeiro	85.390	94.413
Juros incorporados a dívida	4.780	6.472
Custo de captação incorrido	56	56
Juros pagos	(3.946)	(10.483)
Amortização do principal	(5.066)	(5.068)
Saldo em 31 de dezembro	81.214	85.390

c. Obrigações contratuais - Covenants

O referido contrato possui cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida.
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BB.
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do Banco do Brasil, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu todas as exigências contratuais qualitativas e quantitativas.

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	<u>2023</u>
2024	6.036
2025	5.011
2026	5.011
2027	5.011
2028 a 2039	60.145
Total	81.214

e. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

12 Debêntures

As debêntures da Companhia têm por característica pública, simples e a não conversibilidade em ações, ou seja, são títulos que não dão direito à conversão em ações da companhia emissora.

As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Composição das debêntures

<u>Debêntures</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Debêntures (1ª emissão)	5,95% a.a. + IPCA	Jun/2035	36.966	38.011
Total			36.966	38.011
Circulante			2.540	2.791
Não Circulante			34.426	35.220

d. Movimentação das debêntures

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo em 1º de janeiro	38.011	38.305
Juros incorporados a dívida	4.048	4.532
Custo de captação incorrido	17	15
Juros pagos	(2.866)	(2.773)
Amortização do principal	(2.244)	(2.068)
Saldo em 31 de dezembro	36.966	38.011

e. Obrigações contratuais – Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida da debênture.
- Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,20, os quais estão sendo cumpridos.
- Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu todas as exigências contratuais qualitativas e quantitativas.

f. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos das debêntures estão apresentados no quadro a seguir:

<u>Ano</u>	<u>2022</u>
2024	2.540
2025	2.051
2026	1.919
2027	2.051
2028 a 2035	28.405
Total	36.966

g. Garantias

As debêntures têm como garantias penhor de ações, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia e penhor dos equipamentos. As debêntures contam ainda com garantia de fiança bancária.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são reconhecidas pela Companhia considerando que ao final do prazo contratual de arrendamento têm a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques eólicos. Estas provisões são mensuradas com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecidas a valor presente. O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores presentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 9,12% a.a. (8,93% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A Companhia reconhece no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro como custo de financiamento.

Em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ao ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia revisou suas estimativas relacionadas ao valor futuro para cumprir com a respectiva obrigação e reconheceu em contrapartida do custo do ativo de direito de uso o montante de R\$ 15.923 na provisão, decorrente da atualização das premissas de mercado por meio de estimativas de custos realizadas por terceiros especializados.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado para o custo de desmobilização de ativos, atualizado a valor presente, foi de R\$ 17.365 (R\$ 1.288 em 31 de dezembro de 2022).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	1.288	982
Remensuração	15.923	210
Ajuste a valor presente	154	96
Saldo final	17.365	1.288

14 Outras contas a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fianças bancárias (a)	5	238
CCEE (b)	834	97
Total	839	335
Circulante	770	266
Não circulante	69	69

(a) Refere-se a obrigações de fianças com bancos credores.

(b) Refere-se à penalidades de acordo com os dispositivos contratuais, onde a Companhia tem obrigação de ressarcir a CCEE financeiramente devido ao déficit na geração de energia no período.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 34.748 (R\$ 27.576 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 22.089.816 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (18.268.646 em 31 de dezembro de 2022).

Em 28 de dezembro de 2023, através da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, houve aumento de capital no montante de R\$ 7.172 com entrada de recursos em caixa e equivalentes.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição mínima de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 1.737 (R\$ 141 em 31 de dezembro de 2022).

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído o valor de R\$ 366 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2022).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou distribuições adicionais de lucros, desde que, aprovada pelos credores, previstos no orçamento de capital previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2023, foi destinado o montante de R\$ 5.209 (R\$ 424 em 31 de dezembro de 2022).

16 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia da Companhia são registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e é classificada no mercado:

- (i) ACL (Ambiente de Contratação Livre) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3%.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta de energia elétrica	32.632	32.036
Total das receitas operacionais antes dos impostos	32.632	32.036
Quantidade em MWh	124.662	137.687
PIS	(212)	(243)
COFINS	(979)	(961)
Deduções da receita	(1.191)	(1.204)
Receita operacional líquida	31.441	30.832

Segue a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ACL (a)	35.410	24.334
MCP (b)	(2.778)	7.702
Total	32.632	32.036

(a) Ambiente de Contratação Livre.

(b) Mercado de curto prazo decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo.

17 Custos de operação

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação e amortização de direito de uso	(5.792)	(6.476)
Encargos de conexão e transmissão	(2.361)	(2.188)
Engenharia e gestão de processos O&M	(2.198)	(1.894)
Compras de energia	(1.902)	-
Gastos com pessoal	(541)	(626)
Seguros	(608)	(601)
Outros custos (a)	(552)	(721)
Total	(13.954)	(12.506)

(a) Referem-se a serviços de terceiros, locações e aluguéis, impostos e taxas, entre outros custos, líquido de reversões.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gastos com pessoal	(448)	(629)
Serviços de terceiros	(271)	(650)
Locações e aluguéis	(1)	(22)
Legais, judiciais e publicações	(39)	(59)
Taxas e alvarás	(16)	(11)
Outras despesas	(109)	(110)
Total	(884)	(1.481)

19 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimento de aplicações financeiras	2.069	1.954
Outras receitas financeiras	-	9
Receitas financeiras	2.069	1.963
Juros sobre financiamentos	(4.780)	(6.472)
Juros sobre debêntures	(4.048)	(4.532)
Despesa captação de financiamentos	(73)	(71)
Fianças e comissões bancárias	(130)	(514)
Juros sobre arrendamento	(277)	(277)
Ajuste a valor presente da provisão para desmobilização	(154)	(96)
Outras despesas financeiras	(190)	(149)
Despesas financeiras	(9.652)	(12.111)

20 Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia que executa atividades de geração de energia optou pelo regime de tributação lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia eólica e a razão de 100% sobre as receitas financeiras, as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.685 (R\$ 1.717 em 31 de dezembro de 2022). O quadro abaixo demonstra a apuração e a reconciliação da alíquota efetiva, com base no lucro presumido:

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receita de operações com energia elétrica	32.632	32.632
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.611	3.916
Demais receitas	2.069	2.069
Base de cálculo	4.680	5.985
Alíquota nominal	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	702	539
Base de adicional do IRPJ	4.440	-
Adicional de IRPJ (10%)	444	-
Corrente	1.146	539
Alíquota efetiva	25%	9%

	2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receita de operações com energia elétrica	32.036	32.036
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.563	3.844
Demais receitas	2.217	2.217
Base de cálculo	4.780	6.061
Alíquota nominal	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	717	546
Base de adicional do IRPJ	4.540	-
Adicional de IRPJ (10%)	454	-
Corrente	1.171	546
Alíquota efetiva	3,4%	9%

21 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, estão descritas abaixo:

a. Valores a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo		
Echoenergia Participações S.A.		
Dividendos a pagar	1.737	142
Fornecedores com partes relacionadas (a)	<u>150</u>	<u>264</u>
Total	<u>1.887</u>	<u>406</u>

b. Resultado

Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(718)	(887)
Compartilhamento de despesas (a)	<u>(617)</u>	<u>(1.303)</u>
Total	<u>(1.335)</u>	<u>(2.190)</u>

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2024. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

a. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia.

23 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Fundos vinculados e aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam:

- (i) mantidos para negociação no curto prazo,
- (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente;
- (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota abaixo.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Classificação dos instrumentos financeiros

Nota	2023		2022		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	
Ativos financeiros					
Bancos	5.a	555	-	156	-
Aplicações financeiras	5.a	-	20.155	-	5.853
Contas a receber	6	2.944	-	3.209	-
Fundos vinculados	5.b	-	7.953	-	6.917
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	684	-	1.230	-
Debêntures	12	36.966	-	38.011	-
Financiamentos	11	81.214	-	85.390	-

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (a)	2023		2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	Nível 2	20.710	20.710	6.009	6.009
Contas a receber	6	Nível 2	2.944	2.944	3.209	3.209
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	7.953	7.953	6.917	6.917
Fornecedores	10	Nível 2	684	684	1.230	1.230
Debêntures	12	Nível 2	36.966	36.966	38.011	38.011
Financiamentos	11	Nível 2	81.214	81.214	85.390	85.390
Total			150.471	150.471	140.766	140.766

(a) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

24 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovadas pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

Descrição	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	20.710	6.009
Fundos vinculados	5.b	7.953	6.917
Contas a receber	6	2.944	3.209
		31.607	16.135

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

2023	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	684	(684)	(684)	-	-	-
Financiamentos	81.214	(81.214)	(6.036)	(5.011)	(15.032)	(55.135)
Debêntures	36.966	(36.966)	(2.540)	(2.051)	(6.042)	(26.333)
Arrendamentos	2.591	(2.591)	(3)	(4)	(14)	(2.570)
Total	121.455	(121.455)	(9.263)	(7.066)	(21.088)	(84.038)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Variação das taxas de juros e índices			Sensibilidade					
			2023	Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
IPCA (b)			4,40%	3,60%	4,50%	5,40%	2,70%	1,80%
Risco de redução das taxas de juros e índices								
CDI (c)			11,87%	11,87%	14,84%	17,81%	8,90%	5,94%

Risco de aumento (passivo)			Sensibilidade					
			Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%	
Financiamentos	Índice	Saldos em 2023						
Debêntures	IPCA	81.214	84.138	84.869	85.600	83.407	82.676	
	IPCA	36.966	38.297	38.630	38.962	37.964	37.632	
Impacto no resultado			4.254	1.064	2.127	(1.064)	(2.127)	

Risco de redução (ativo)			Sensibilidade					
			Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%	
Aplicações financeiras e fundos vinculados	Índice	Saldos em 2023						
	CDI	28.108	31.444	32.278	33.112	30.610	29.776	
Impacto no resultado			3.336	834	1.668	(834)	(1.668)	

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

25 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	2.130	2.130	2.130	23.435
Contratos de (O&M) (b)	2.280	3.045	3.992	9.799
Total	4.410	5.175	6.122	33.234

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/23 a junho/24) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

26 Cobertura de seguros

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	<u>2023</u>
Atividades de financiamento		
Direito de uso	8	15.923
Dividendos a pagar	22	<u>1.737</u>
Total das atividades de financiamento		17.660
Total		<u><u>17.660</u></u>

28 Outros assuntos

Reforma tributária

O Senado Federal aprovou, em 8 de novembro de 2023, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 em dois turnos, contemplando alterações importantes em relação ao conteúdo recebido da Câmara dos Deputados.

A PEC visa a simplificar o atual sistema brasileiro tributário e transformar cinco tributos em três, sendo dois Impostos sobre Valor Agregado (IVA) e um Imposto Seletivo, reorganizando sobretudo os tributos que incidem sobre bens e consumo.

As alterações não apresentam, até o presente momento, impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia, a qual seguirá monitorando as discussões e possíveis necessidade de adequações operacionais.

Medida Provisória nº 1.185 – Reflexo tributário das Subvenções para Investimento

Em 20 de dezembro de 2023, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória (“MP”) nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

A MP em questão trouxe uma série de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.